



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2015/105013-9

07 abr 2015 12:46

JUCERJA

Guia: 101502401

3330029761-8

Atos: 980

ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A

HASH: A15041050139T

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 459,00 Pago: 459,00

mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00

ULT. ARQ.: 00002742149 24/03/2015 306

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA

33300297618

(vide Tabela 1)

## 1- REQUERIMENTO

ILMº SR PRESIDENTE

DO RIO DE JANEIRO

ISIL S.A.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A

Nire: 33.30029761-8

Protocolo: 00-2015/105013-9 - 07/04/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM

08/04/2015. E O REGISTRO SOB O NÚMERO

E DATA ABAIXO.

ED33000611-4/000  
DATA: 08/04/2015

Bernardo F. S. Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

ARQ. ESCRITURA DE DEBENTURES

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: MARCIO SERGIO M. PEREIRA

Assinatura:

Telefone de contato:

## 2- USO DA JUNTA COMERCIAL

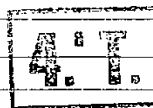
☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM



Processo em ordem.  
À decisão.

Data:

☐ NÃO

Data:

Responsável:

☐ NÃO

Data:

Responsável:

Responsável:

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data:

Responsável:

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.  
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Flavio Ottero Licht  
Vogal Jucerja  
Matrícula 398-8

Aparecida M. Pereira da S. Lopes  
VOGAL/JUCERJA  
ID 43897886

Data:

Presidente da

Vogal

Turma

Vogal

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA

REF: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A

Nire: 33300297618

Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4

Arquivamento: ED33000611-000/4

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1810231

ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A.

entre

**ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A.**  
*como Emissora,*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

com a interveniência garantia de

**ODEBRECHT ENERGIA S.A.**

e

**ODEBRECHT S.A.**  
*como Garantidoras*

Datado de  
26 de março de 2015

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810232

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

**ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, Botafogo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 13.439.547/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de intervenientes garantidoras,

**ODEBRECHT ENERGIA S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 300, 11º andar, Botafogo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.079.757/0001-64, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Odebrecht Energia"); e

**ODEBRECHT S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luis Viana, nº 2.841, Paralela, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.144.757/0001-72, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Odebrecht" e, em conjunto com a Odebrecht Energia, "Garantidoras"),

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e as Garantidoras doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht Energia do Brasil S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810238

## CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

### 1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 10 de março de 2015 ("AGE da Emissão"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da assunção pela Companhia da dívida representada pelas Debêntures; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à implementação da deliberação acima, podendo, inclusive, celebrar esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

### 1.2. Autorização das Garantidoras

1.2.1 A Fiança (conforme abaixo definido) prestada pela Odebrecht Energia foi aprovada com base na deliberação da Reunião de Diretoria da Odebrecht Energia realizada em 09 de março de 2015 ("Reunião da Odebrecht Energia").

1.2.2 A Odebrecht prestará Fiança por meio da assinatura desta Escritura de Emissão, nos termos do seu Estatuto Social.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

### 2.1. ARQUIVAMENTO DOS ATOS SOCIETÁRIOS NAS JUNTAS COMERCIAIS COMPETENTES E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.1.1. A ata da AGE da Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A ata da Reunião da Odebrecht Energia será arquivada na JUCERJA.

### 2.2. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO NA JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva celebração. No prazo até 10 (dez) dias contados do

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



respectivo arquivamento, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário as vias originais desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente inscritos na JUCERJA.

2.2.2. Observado o disposto na Cláusula 4.16 abaixo, em virtude da Fiança prestada pelas Garantidoras em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de Salvador, Estado da Bahia ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"). Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser apresentados a registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva celebração, sendo que no prazo até 10 (dez) dias contados do respectivo arquivamento, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.

### 2.3. DISPENSA DE REGISTRO NA CVM E REGISTRO NA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS

2.3.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 (em especial o seu artigo 6º) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos, a Oferta Restrita deverá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

### 2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA ELETRÔNICA

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado (conforme abaixo definido), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

8  
my

**CLÁUSULA III**  
**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social compreende (i) a exploração, direta ou indireta, dos negócios de geração de energia elétrica provenientes de empreendimentos hidrelétricos e/ou termelétricos, bem como suas instalações de transmissão de interesse restrito; (ii) a comercialização de energia elétrica nas diferentes formas e modalidades, participando de todos os segmentos dos mercados especializados, inclusive leilões de compra e venda de energia elétrica; (iii) o desenvolvimento de todas as atividades e a prestação de todos os serviços associados ou necessários às atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes hídricas e térmicas, em todas as formas e modalidades, no âmbito do setor elétrico; (iv) o exercício de atividades conexas ou relacionadas, direta ou indiretamente, com o seu objeto social; e (v) a participação no capital social de outras companhias ou sociedades empresárias, personificadas ou não, na qualidade de sócia ou acionista, que explorem negócios de geração e comercialização de energia elétrica de empreendimentos hidrelétricos e/ou termelétricos.

**3.2. NÚMERO DA EMISSÃO**

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

**3.3. NÚMERO DE SÉRIES**

A Emissão será realizada em série única.

**3.4. VALOR DA EMISSÃO**


O valor total da Emissão será de R\$122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

**3.5. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES**

Serão emitidas 12.200 (doze mil e duzentas) Debêntures.

**3.6. REGIME DE COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO**

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela colocação das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Segunda Emissão da Odebrecht Energia do Brasil S.A." ("Contrato de Distribuição").

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

8  
my

AS  
J



3.6.2. O plano de distribuição observará o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.6.2.2. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outros, estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.


3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

### 3.7. BANCO LIQUIDANTE E ESCRITURADOR MANDATÁRIO

3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7.2. A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



### 3.8. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos com a Emissão serão destinados ao pagamento de 9 (nove) notas promissórias comerciais, objeto da 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, no valor total de R\$247.000.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões de reais), acrescido de juros remuneratórios e demais encargos aplicáveis, que, por sua vez, foi destinado ao pagamento integral dos valores devidos pela Emissora em razão da emissão da Cédula de Crédito Bancário nº 184/14, emitida em 04 de setembro de 2014 em favor do Banco BTG Pactual S.A, sendo certo que os valores eventualmente remanescentes serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora.

## CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

### 4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26 de março de 2015 ("Data de Emissão").

### 4.3. DATA DE VENCIMENTO

As Debêntures terão prazo de vigência de 534 (quinhentos e trinta e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2016 ("Data de Vencimento").

### 4.4. FORMA E COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

### 4.5. CONVERSIBILIDADE E ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5.2. As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

### 4.6. PRAZO E FORMA DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, decorrente do prazo entre a Data de Emissão e a efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, sendo que a subscrição e a integralização das Debêntures ocorrerão de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos aplicáveis da CETIP.

#### 4.7. AMORTIZAÇÃO

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente pago em parcela única devida na Data de Vencimento (ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula 4.19.1 abaixo ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, de uma Amortização Antecipada Facultativa Parcial, do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou de uma Amortização Antecipada Obrigatória Parcial, conforme o caso).

#### 4.8. ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### 4.9. REMUNERAÇÃO

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) incidirão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,6300% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

$J$  = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

$VNe$  = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810239

*FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:*

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

*onde:*

*FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

*onde:*

*k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 (um) até "n";*

*n = número total de Taxas DI consideradas desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a respectiva Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro;*

*TDI<sub>k</sub> = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;*

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

*onde:*

*DI<sub>k</sub> = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;*


*FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:*

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

*onde:*

*spread = 2,6300;*

*DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, a data do cálculo, sendo "DP" um número inteiro;*

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



13

*Observações:*

*O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.*

*Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.*

*Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.*

*O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.*

*A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.*

4.9.2. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa determinada legalmente para tanto.


4.9.2.1. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima referido, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado ("Taxa Substitutiva das Debêntures"). Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

4.9.2.2. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora poderá optar, durante a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.9.2.1 acima, por umas das alternativas a seguir:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, consequentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo a ser definido pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente

13

13

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810241

anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.9.1 acima, sendo que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de  $TDI_k$  no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível; ou

(b) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e respeitará o prazo médio de amortização das Debêntures. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada *pro rata* entre os titulares das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a Taxa Substitutiva das Debêntures definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.9.2.1 acima, sendo que tal Taxa Substitutiva das Debêntures deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor e ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva Taxa Substituta das Debêntures seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

4.9.2.3. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.9.3. A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, em todo dia 10 (dez) de cada mês e/ou na (a) data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula 4.19.1. abaixo, (b) data da liquidação antecipada resultante da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou do Resgate Antecipado Obrigatório Total pela Emissora, (c) do resgate antecipado das Debêntures em razão da indisponibilidade da Taxa DI nos termos da Cláusula 4.9.2.2 acima, (d) de uma Amortização Antecipada Facultativa Parcial ou de uma Amortização Antecipada Obrigatória Parcial ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3.1. Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.4. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

#### 4.10. REPACTUAÇÃO

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

15  
my



#### 4.11. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

1810242

#### 4.12. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO E IMUNIDADE DE DEBENTURISTAS

4.12.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.12.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.12.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.12.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.12.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo a tributação que entender devida.

#### 4.13. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se, na data de vencimento, não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

#### 4.14. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago,

✓

15

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810243

independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas razoavelmente incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

#### 4.15. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de "Avisos aos Debenturistas", e publicados no "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e no jornal "Diário Mercantil", bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.odebrechtenergia.com.br>), observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo, ainda, a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da referida publicação, na mesma data de sua publicação, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

#### 4.16. GARANTIAS

##### 4.16.1. Garantia Fidejussória

4.16.1.1 Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora, quando houver, nos termos dos artigos 275 e 822 do Código Civil ("Obrigações Garantidas", respectivamente), as Garantidoras, em caráter solidário entre elas e com relação à Emissora, prestam garantia fidejussória ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, por esta Escritura de Emissão e na melhor forma de direito, como devedoras e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora em razão das Obrigações Garantidas, até o pleno e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos descritos a seguir.

4.16.1.2. As Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidoras solidárias e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, sem qualquer divisão ou limitação entre as Garantidoras, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

4.16.1.2.1. As obrigações das Garantidoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo em razão de:

(a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b)

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810244

qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.16.1.3. O pagamento de quaisquer valores devidos e ainda não pagos pela Emissora, relativos às Obrigações Garantidas, será realizado pelas Garantidoras no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, observado, inclusive, o disposto na Cláusula 4.19.4 desta Escritura de Emissão com relação ao prazo de pagamento de valores devidos pela Emissora nas hipóteses lá estabelecidas. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.16.1.3.1 Inobstante qualquer outra disposição desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário somente poderá demandar o pagamento de quaisquer valores devidos e não pagos à Odebrecht, desde que tenha demandado o pagamento primeiramente por escrito à Odebrecht Energia e esta não o tenha realizado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio da comunicação por escrito pelo Agente Fiduciário.

4.16.1.3.2. O pagamento citado na Cláusula 4.16.1.3 acima deverá ser realizado pelas Garantidoras fora do âmbito da CETIP, segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e, nos casos de omissão desta Escritura de Emissão, de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.16.1.4. As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, respeitado o disposto na Cláusula 4.16.3.1 acima.

4.16.1.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Garantidoras com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16.1.5. As Garantidoras subrogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.16, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada, observado o disposto na Cláusula 4.16.1.9 abaixo.

4.16.1.6. As Garantidoras desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, permanecendo válida desde a Data de Emissão até a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810245

4.16.1.7. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.16.1.8. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

4.16.1.8.1. A Emissora e as Garantidoras desde já concordam que, caso a Fiança venha a ser cobrada e/ou executada judicialmente pelo Agente Fiduciário, tal cobrança e/ou execução serão válidas de imediato contra qualquer uma delas e independente de qualquer chamamento ao processo em razão da solidariedade e das renúncias aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza nos termos da Cláusula 4.16.1.4 acima, bem como se obrigam a não provocar a intervenção de terceiros no processo nem exercer qualquer outra medida ou faculdade processual que, por envolver a outra Garantidora ou a Emissora, ou os respectivos bens, cause demora adicional na satisfação da pretensão do Agente Fiduciário.

4.16.1.9. Cada uma das Garantidoras, desde já, concorda e se obriga a: (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão, exigir e/ou demandar a Emissora ou qualquer das demais Garantidoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão; e (ii) desde que diante da existência de valores devidos aos Debenturistas, caso receba qualquer valor da Emissora e/ou de qualquer das demais Garantidoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos documentos da Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão, repassar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

#### 4.16.2. Garantias Reais

4.16.2.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, serão constituídas as seguintes garantias reais, as quais serão compartilhadas com os titulares (i) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da OER Mirante Energia S.A. ("Debêntures Mirante"); (ii) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da OER Nova Alvorada Energia S.A. ("Debêntures Nova Alvorada"); (iii) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da OER Caçu Energia S.A. ("Debêntures Caçu"); e (iv) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da OER Mineiros Energia S.A. ("Debêntures Mineiros");

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810246

19  
mg

(a) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Odebrecht Energias Alternativas S.A. ("Alienação Fiduciária de Ações" e "OEA", respectivamente), nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre Odebrecht Energia, Odebrecht e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora, da OER Mineiros, da OER Mirante, da OER Nova Alvorada, da OER Caçu e da OEA ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações";); e

(b) cessão fiduciária de créditos bancários de titularidade da Emissora relacionados a determinada conta vinculada em que será obrigatoriamente depositada pela Madeira Energia S.A. ("MESA") a parcela correspondente à participação da Emissora na MESA dos recursos eventualmente recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE resultantes da aprovação dos seguintes pleitos da Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: (i) não aplicação do Índice de Disponibilidade de 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco centésimos por cento) durante o período de motorização de 44 (quarenta e quatro) unidades geradoras da usina; e (ii) prorrogação do prazo de 107 (cento e sete) dias em função do excludente de responsabilidade do contrato de concessão da usina hidrelétrica de Santo Antônio e seus respectivos contratos de compra e venda de energia elétrica, decorrentes de greves ilegais e atos de violência ocorridos entre 2009 e 2013 ("Cessão Fiduciária de Créditos Bancários" e "Indenização CCEE", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência do Banco BTG Pactual S.A. ("Banco Administrador"), da OER Mineiros, da OER Mirante, da OER Nova Alvorada e da OER Caçu ("Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários").

4.16.2.2. Adicionalmente à Alienação Fiduciária de Ações e à Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, deverá ser constituída, em favor dos titulares das Debêntures, das Debêntures Mirante, das Debêntures Nova Alvorada, das Debêntures Caçu e das Debêntures Mineiros, cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade de pelo menos uma das controladas da Odebrecht Energia Renovável S.A. ("OER"), de forma que o valor mensal a ser depositado em conta vinculada seja de, no mínimo, R\$8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais), oriundos de contratos de fornecimento de energia no ambiente regulado ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, "Garantias Reais"), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", o qual deverá ser celebrado nos termos do Anexo I à presente Escritura de Emissão entre a(s) controlada(s) da OER aplicáveis e o Agente Fiduciário, com a interveniência do Banco Administrador e das demais emissoras das debêntures garantidas pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, "Contratos de Garantia"), observado o disposto nas Cláusulas 4.17.1.1 e 4.17.1.2 abaixo.

1

AS

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810247

#### 4.17. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA PARCIAL, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO TOTAL E AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA OBRIGATÓRIA PARCIAL

4.17.1. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar, a qualquer tempo após a Data de Integralização, o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ou a amortização antecipada facultativa parcial do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total" e "Amortização Antecipada Facultativa Parcial", respectivamente).

4.17.1.1. Não obstante o disposto na Cláusula 4.17.1 acima, caso, a qualquer tempo, sejam depositados recursos na conta vinculada objeto da Cessão Fiduciária de Créditos Bancários, em valor inferior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, a Emissora deverá realizar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do depósito dos recursos na referida conta vinculada, a amortização antecipada obrigatória parcial das Debêntures, de acordo com o montante recebido, sendo certo que a amortização obrigatória parcial, deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação ("Amortização Antecipada Obrigatória Parcial").

4.17.1.2. Não obstante o disposto nas Cláusulas 4.17.1 e 4.17.1.1 acima, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado obrigatório total das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório Total") nas seguintes hipóteses: (i) caso, a qualquer tempo, sejam depositados recursos na conta vinculada objeto da Cessão Fiduciária de Créditos Bancários em valor igual ou superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, da totalidade das Debêntures em Circulação, hipótese na qual o Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá ser realizado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do depósito dos recursos na referida conta vinculada; e (ii) caso a MESA receba a Indenização CCEE, mas a parcela correspondente à participação da Emissora na MESA não seja transferida para a conta vinculada objeto da Cessão Fiduciária no prazo de até 90 (noventa) dias contados do pagamento da Indenização CCEE, hipótese na qual os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, por meio de deliberação tomada em Assembleia Geral de Debenturistas, solicitar a realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que, nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora a respeito da deliberação dos Debenturistas em até 1 (um) Dia Útil contado da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável.

4.17.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou da Amortização Antecipada Obrigatória Parcial, os Debenturistas farão jus ao recebimento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou da parcela do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, conforme o caso), acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total, da Amortização Antecipada

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810248

Facultativa Parcial, do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou da Amortização Antecipada Obrigatória Parcial, conforme o caso.

4.17.3. A Amortização Antecipada Facultativa Parcial e a Amortização Antecipada Obrigatória Parcial serão limitadas a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.17.4. O Resgate Antecipado Facultativo Total, a Amortização Antecipada Facultativa Parcial, o Resgate Antecipado Obrigatório Total ou a Amortização Antecipada Obrigatória Parcial, conforme seja o caso, somente poderão ocorrer mediante o envio de comunicação da Emissora dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP ou publicação de aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.15 acima, a exclusivo critério da Emissora, ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total", "Comunicação de Amortização Antecipada Facultativa Parcial", "Comunicação de Resgate Antecipado Obrigatório Total" ou "Comunicação de Amortização Antecipada Obrigatória Parcial", conforme o caso e, considerados em conjunto, "Comunicação"), com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, da efetiva Amortização Antecipada Facultativa Parcial, do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório Total ou da efetiva Amortização Antecipada Obrigatória Parcial ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial", "Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total" ou "Data da Amortização Antecipada Obrigatória Parcial", conforme seja o caso).

4.17.5. Na Comunicação deverá constar: (a) menção que o valor a ser pago será conforme Cláusula 4.17.2, acima; (b) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, a Data da Amortização Antecipada Facultativa Parcial, a Data do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou a Data da Amortização Antecipada Obrigatória Parcial, conforme o caso; e (c) demais informações necessárias para a operacionalização da amortização ou do resgate das Debêntures, conforme seja o caso.

4.17.6. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo Total, a Amortização Antecipada Facultativa Parcial, o Resgate Antecipado Obrigatório Total ou a Amortização Antecipada Obrigatória Parcial deverão ocorrer conforme procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP, o Banco Liquidante, e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua respectiva realização.

#### 4.18. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

28  
mg



Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, o mesmo deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão.

#### 4.19. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.19.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.19.2 a 4.19.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures ou estabelecida na presente Escritura de Emissão não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do inadimplemento, respeitados os prazos de cura estabelecidos;
- (b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão ou em qualquer dos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação enviada pelo Agente Fiduciário sobre o respectivo inadimplemento;
- (c) caso a Fiança prestada pelas Garantidoras ou quaisquer das Garantias Reais (i) seja objeto de questionamento judicial pela Emissora, por qualquer das Garantidoras e/ou pelas sociedades que concederem quaisquer das Garantias Reais; (ii) seja anulada; (iii) não seja devidamente constituída, formalizada e mantida de forma válida, plena, eficaz, exequível, nos termos e prazos desta Escritura de Emissão ou dos respectivos Contratos de Garantia, conforme o caso; ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir, salvo se a Fiança ou a Garantia Real, em qualquer das hipóteses listadas de (i) a (iv) acima, for substituída pela Emissora por garantia idônea aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, e tal garantia for devidamente formalizada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral, observado que a não constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não ensejará o vencimento antecipado das Debêntures;
- (d) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto (i) se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (ii) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer controlada da Emissora ou de ações de emissão de qualquer controlada da Emissora; ou (iii) se realizada exclusivamente entre controladas diretas ou indiretas das Garantidoras, caso aplicável, e desde que o controle final continue pertencendo à Odebrecht;

✓

AB

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810250

- (e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Emissora ou pelas Garantidoras nesta Escritura de Emissão são falsas ou incorretas, em qualquer aspecto, que afete (i) de forma adversamente relevante a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) a liquidez das Debêntures, devendo ser observado o prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data que a Emissora ou as Garantidoras tiverem ciência do fato para saná-lo;
- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Odebrecht Energia ou da Emissora, ou de qualquer controlada da Odebrecht Energia ou da Emissora, junto a instituições financeiras ou decorrente de operação no mercado de capitais em volume superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), respeitando eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos;
- (g) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação pecuniária, da Odebrecht Energia ou da Emissora, ou de qualquer controlada da Odebrecht Energia ou da Emissora, junto a qualquer dos Debenturistas que represente, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, respeitando eventuais prazos de cura previstos nos respectivos contratos;
- (h) protesto de títulos contra a Emissora ou a Odebrecht Energia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente pago pela Emissora;
- (i) se a Emissora ou a Odebrecht Energia sofrer negativação em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas e não sanado em 5 (cinco) Dias Úteis;
- (j) não cumprimento, pela Emissora ou pela Odebrecht Energia, de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral de que não caiba recurso contra a parte em questão, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (k) ocorrência de (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (ii) pedido de autofalência da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras não devidamente elidido por esta(s), no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Emissora e/ou qualquer das Garantidoras em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

- (l) a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras deixarem de preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM e/ou demais autoridades competentes, conforme aplicável;
- (m) alienação a qualquer título, pela Emissora e/ou suas controladas e/ou controladoras, diretas e/ou indiretas, das ações de sua titularidade e de emissão da Emissora e/ou da MESA, exceto se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou
- (n) caso sejam constituídos quaisquer ônus ou gravames sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais (com exceção dos ônus constituídos por meio dos Contratos de Garantia), ou caso os bens e direitos objeto das Garantias Reais sofram arresto, sequestro, penhora ou qualquer outro tipo de ônus, gravame ou constrição judicial, nestes casos, desde que os efeitos da decisão que determinou o arresto, sequestro, penhora ou outro tipo de ônus, gravame ou construção judicial não sejam suspensos no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis.

4.19.1.2. Os valores mencionados nas alíneas (f), (h), (i) e (j) da Cláusula acima serão reajustados anualmente, desde a Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4.19.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (c), (d), (f), (g) e (k) da Cláusula 4.19.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas da Cláusula 4.19.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas e/ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures, observado que nem a convocação e nem o intervalo de tempo serão necessários na hipótese de comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 7.4.1 desta Escritura.

4.19.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 4.19.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, os Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, poderão optar por não declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures.

4.19.3.1. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas: (i) não seja instalada em 2ª (segunda) convocação, ou (ii) seja instalada em segunda convocação, mas não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618

Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral



1810252

Circulação determinando a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão.

4.19.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão, ou desde a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada ou com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão e à CETIP, por meio de correio eletrônico, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

### 5.1. OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; e (b) declaração assinada por representante da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente segurados;
- (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810253

*Handwritten signature*

- (iii) confirmar, quando solicitado, por meio de declaração firmada pelo Diretor de Relações com Investidores, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
  - (iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no 3º (terceiro) Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (v) prestar ou fornecer informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo de quaisquer direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, previstos nesta Escritura de Emissão;
  - (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a alguma hipótese de vencimento antecipado relacionada a esta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis após o seu recebimento;
  - (vii) informação a respeito da quitação das notas promissórias comerciais referidas na Cláusula 3.8.1. acima, em até 03 (três) dias contados da respectiva quitação;
- (b) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - (c) atender de forma eficiente às solicitações dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
  - (d) convocar, nos termos da Cláusula VII, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
  - (e) informar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado prevista na Cláusula 4.19 desta Escritura de Emissão em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato;
  - (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

*Handwritten signature*


*Handwritten signature*

*Handwritten signature*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) em até 3 (três) Dias Úteis da ocorrência do evento, notificar ao Agente Fiduciário sobre: (i) qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que: (x) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (y) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; e (ii) quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados por companhias de seguro considerando-se especialistas renomados de primeira linha, conforme suas práticas usualmente adotadas, conforme aplicável;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) cumprir todas as leis, regras, regulamentos, inclusive socioambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos efetivamente incorridos, desde que a preço de mercado e devidamente demonstrados por meio dos respectivos comprovantes, sendo que as despesas individuais acima de R\$2.000,00 (dois mil reais) ou as despesas mensais agregadas acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais) devem ser, sempre que possível,


  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



previamente acordadas com a Emissora, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas;

- (p) manter sempre válidas e em vigor todas as concessões, autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (r) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (s) enviar os atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos anteriores ao encerramento do prazo previsto na Cláusula 6.5.(f) abaixo;
- (t) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (u) cumprir com todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo:
  - (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
  - (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (iv) manter os documentos mencionados na alínea (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4




1810256

- (v) não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, tudo em conformidade com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como abster-se de, até o envio da comunicação de encerramento da Emissão à CVM, utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (vi) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (viii) fornecer tempestivamente todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP.

5.1.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes, a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.1.3. As despesas a que se refere a Cláusula 5.1.1(o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas com fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (d) despesas de viagem, alimentação, transporte e estadia de seus agentes, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 5.1.1(o) acima, desde que uma hipótese de vencimento

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



antecipado não tenha ocorrido e continue, caso em que se aplicará o disposto na Cláusula 5.1.4 abaixo;

- (e) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal, considerando-se especialistas renomados de primeira linha, ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, desde que em condições razoáveis e de mercado; e
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.1.4. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota de débito devidamente acompanhada com os comprovantes correspondentes. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.


5.1.5. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas mencionadas na alínea "o" da Cláusula 5.1.1 acima e na Cláusula 5.1.4 acima reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e sejam realizadas em discordância (i) com práticas de mercado; (ii) com a função fiduciária que lhe é inerente; e (iii) em caso de execução, se não for realizada por escritórios de primeira linha indicados e aprovados pelos Debenturistas.

## CLÁUSULA VI AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810258

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) que também atua, nesta data, como agente fiduciário da seguinte emissão de debêntures da Emissora e de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora: (i) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Odebrecht Energia ("2ª Emissão da Odebrecht Energia"), com vencimento em 18 de outubro de 2021, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Odebrecht Energia são garantidas por garantia fidejussória da Odebrecht, conforme previsto na escritura de emissão; (ii) 3ª (terceira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Odebrecht Energia ("3ª Emissão da Odebrecht Energia"), com vencimento em 28 de abril de 2016, em que foram emitidas 19.000 (dezenove mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Odebrecht Energia são garantidas por garantia fidejussória da Odebrecht, conforme previsto na escritura de emissão; e

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

39  
7



1810259

(k) verificou a regularidade da constituição da Fiança, e observará a manutenção da suficiência e exequibilidade da Fiança.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcela única de R\$6.000,00 (seis mil reais), a ser paga a partir do 10º (décimo) Dia Útil após a Data de Emissão;
- (b) a remuneração será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (c) a parcela disposta na alínea 'a' acima será atualizada pelo IPCA ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (d) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará dos mesmos direitos das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento; e
- (g) no caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora, incidirão os encargos moratórios previstos nesta Escritura.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*


*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4




1810260

- 337
- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
  - (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 20 (vinte) dias corridos da data de recebimento da solicitação;
  - (h) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, às expensas da Emissora, auditoria extraordinária na Emissora;
  - (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
  - (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
  - (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4






24  
mg

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (vii) pagamentos da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (ix) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
  - (xi) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM;
  - (iv) na CETIP; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.

X

AS  
K

h

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os titulares de Debêntures, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 4.15 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (r) disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, o valor unitário das Debêntures, calculado pelo Agente Fiduciário, por meio de sua central de atendimento e/ou de sua página na rede mundial de computadores.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer, após a execução da Fiança e/ou das Garantias Reais, nos termos da regulamentação aplicável, a falência da Emissora;
- (c) observados os termos e condições desta Escritura, especialmente o disposto na Cláusula 4.16.1.3.1, executar a Fiança, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810263

- (e) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar. Na hipótese da alínea (e), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28/83 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.2 acima.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos da Cláusula acima.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

37  
my



6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## CLÁUSULA VII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de titulares de Debêntures em Circulação.

7.4.1. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula VII, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores diretos ou indiretos (pessoas físicas ou jurídicas) ou de qualquer de suas coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

AS  
j

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

38



1810265

7.10. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.11 abaixo ou se de outra forma prevista nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.11. As matérias descritas a seguir somente poderão ser realizadas mediante aprovação por Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) inclusão, exclusão ou alteração nas hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas na Cláusula 4.19 acima, inclusive em caso de renúncia ou perdão temporário (*waiver*); (vi) a alteração das obrigações constantes da Cláusula V acima; e/ou (vii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Cláusula VII.

7.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

#### CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

8.1. A Emissora e cada uma das Garantidoras, conforme aplicável, declara ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura da Emissão, que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) cada uma das controladas da Emissora foi devidamente constituída e é uma sociedade existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios;
- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à constituição da Fiança, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
- (d) a Emissora, as Garantidoras e suas respectivas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810266

- (e) a Fiança constitui obrigação legalmente válida e vinculante de cada uma das Garantidoras, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para que a Fiança seja considerada válida e eficaz e seja exequível contra cada uma das Garantidoras, exceto pelo registro desta Escritura de Emissão junto aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- (g) têm plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e das Garantidoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (j) a celebração desta Escritura de Emissão, a prestação da Fiança, e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou as Garantidoras (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou das Garantidoras, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou as Garantidoras (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou as Garantidoras (e/ou suas controladoras e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (k) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, que sejam efetivamente competentes, conforme aplicável e exigível, para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (l) exceto por leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionados de boa-fé, nas esferas administrativa e judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810267

exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora e as Garantidoras estão obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (m) exceto por obrigações e/ou decisões que estão sendo questionados de boa-fé, nas esferas administrativa e judicial, não descumpra qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral e não há qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, que possa ter ou causar um efeito adverso relevante à Emissora e/ou às Garantidoras;
- (n) o Balanço da Emissora, datado de 31 de dezembro de 2014, e as Demonstrações Financeiras das Garantidoras, datadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e 30 de junho de 2014 (conforme aplicável), representam corretamente a posição financeira da Emissora das Garantidoras naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e das Garantidoras de forma consolidada, não tendo ocorrido qualquer alteração relevante desde 31 de dezembro de 2014, no caso da Emissora;
- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou das Garantidoras em prejuízo dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 358;
- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (r) não há qualquer ligação entre a Emissora e/ou as Garantidoras e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (s) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e das Garantidoras, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.2. A Emissora e as Garantidoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar em até 10 (dez) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

hly



## CLÁUSULA IX NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

1810268

**Para a Emissora:**

**ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A.**

Rua Lemos Monteiro, nº 120, 10º andar, Butantã

05.501-050 – São Paulo, SP

At.: Sr. Aluizio da Rocha Coelho Neto

Tel.: (11) 3096-8786

E-mail: [aluiziorocha@odebrecht.com](mailto:aluiziorocha@odebrecht.com)

**Para o Agente Fiduciário:**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [operacional@pentagonotruster.com.br](mailto:operacional@pentagonotruster.com.br)

**Para o Escriturador Mandatário:**

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar

04538-132 - São Paulo, SP

At.: Sra. Luiz Petito

Tel. (11) 2740-2596

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

**Para o Banco Liquidante:**

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Itaúsa

04344-902 - São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2740-2596

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

X

AS

h

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

hs  
my



**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1.663, 4° andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel./Fax: (11) 3111-1596 / (11) 3111-1559

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

1810269

**Para as Garantidoras:**

**ODEBRECHT ENERGIA S.A.**

Rua Lemos Monteiro, n° 120, 14° andar, Butantã

05.501-050 – São Paulo, SP

At.: Rogério Bautista da Nova Moreira

Tel. (11) 3096-8704

E-mail: rbautista@odebrecht.com

**ODEBRECHT S.A.**

Rua Lemos Monteiro, n° 120, 14° andar, Butantã

05.501-050 – São Paulo, SP

At.: Rogério Bautista da Nova Moreira

Tel. (11) 3096-8704

E-mail: rbautista@odebrecht.com

**ODEBRECHT ENERGIA RENOVÁVEL S.A.**

Rua Lemos Monteiro, n° 120, 14° andar, Butantã

05.501-050 – São Paulo, SP

At.: Rogério Bautista da Nova Moreira

Tel. (11) 3096-8704

E-mail: rbautista@odebrecht.com


9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou por e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

#### **CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou

h

B f

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A

Nire: 33300297618

Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4

Arquivamento: ED33000611-000/4

43  
7



1810276

remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, bem como que não tenham sido alvo de adulteração ou fraude, e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos titulares de Debêntures, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos titulares de Debêntures. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos titulares de Debêntures a ele transmitidas conforme definidas pelos titulares de Debêntures e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos titulares de Debêntures ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os titulares de Debêntures e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral.

10.8. A presente Escritura de Emissão, as Fianças e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as

h

X

PS

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

hh  
y



obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.9. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

1810271

10.10. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

10.11. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.12. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## CLÁUSULA XI DO FORO

11.1. Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados a esta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão, interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos ("Controvérsia") não solucionadas de comum acordo entre a Emissora, as Garantidoras e/ou o Agente Fiduciário, representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures, dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados de uma notificação por outra Parte sobre o conflito serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem a ser instituída e processada de acordo com as Regras da Câmara de Comércio Internacional – CCI ("Regras da CCI" e "Câmara"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com as referidas Regras da CCI ("Tribunal Arbitral").

11.1.1. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura de Emissão, que serão substituídos pela arbitragem.

11.1.2. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os dois árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro, as nomeações faltantes serão feitas pela Câmara.

11.1.3. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 (três) ou mais Partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as Partes, em conjunto, nomearão 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810272

presidente da Câmara. Caso as Partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

11.2. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira, vedado o julgamento por equidade. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura.

11.3. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as Regras da CCI.

11.4. A arbitragem será sigilosa.

11.5. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

11.6. A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

11.7. As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

11.8. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula XI deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 26 de março de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

46



Página de assinaturas 1/4 da "Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht Energia do Brasil S.A."

ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A.

1810273

Nome:

Aluizio da Rocha Coelho Neto  
CPF: 031.525.087-94

Cargo:

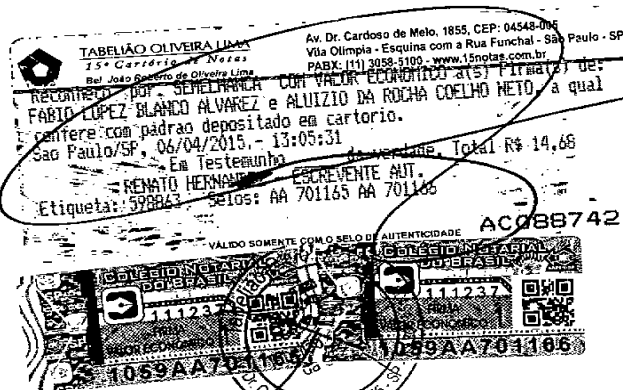
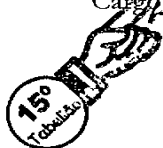
PROCURADOR

Nome:

Fabio Lopez Blanco Alvarez  
R.G.: 27.691.155-6  
CPF: 219.578.398-21

Cargo:

PROCURADOR



RENATO HERNANDEZ  
ESCREVENTE AUTORIZADO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

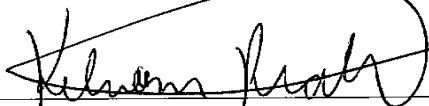
HT



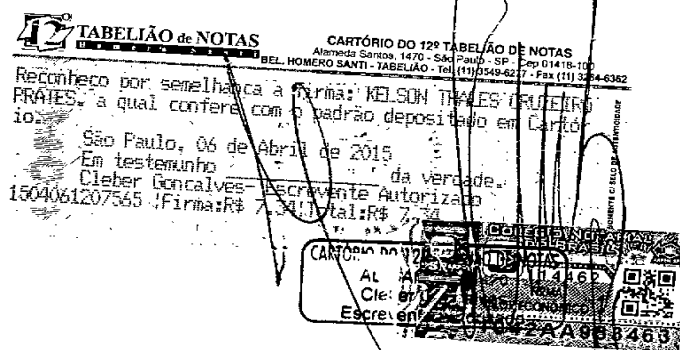
1810274

Página de assinaturas 2/4 da "Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht Energia do Brasil S.A."

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Kelson Thales Cruzeiro Prates**  
**Procurador**

X



TS

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

Página de assinaturas 3/4 da "Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht Energia do Brasil S.A."

ODEBRECHT ENERGIA S.A.

Nome:

Aluizio da Rocha Coelho Neto  
CPF: 031.525.087-34

PROCURADOR

Nome:

Fabio Lopez Blanco Alvarez

R.G.: 27.691.155-6

CPF: 219.572.198-21

PROCURADOR

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA  
15ª Cartório de Notas  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br  
Recontibco: Prof. SENECHANCA - COM VALOR ECONÔMICO AT(S) - Pirmas(5) de:  
FABIO LOPEZ BLANCO ALVAREZ e ALUIZIO DA ROCHA COELHO NETO, a qual  
confere com padrao depositado em cartorio.  
Sao Paulo/SP, 06/04/2015 - 13:03:31  
Em testemunho da verdade, total R\$ 14,68  
RENATO HERNANDEZ - ESCRIVENTE AUT.  
Etiqueta: 599864 Selos: AA 701167 AA 701168



RENATO HERNANDEZ  
ESCRIVENTE AUTORIZADO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

49  
7



Página de assinaturas 4/4 da "Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht Energia do Brasil S.A."

# ODEBRECHT S.A.

1810276

Nome:

Cargo:

Aluizio da Rocha Coelho Neto

CPF: 031.525.087-94

PROCURADOR

Nome:

Cargo:

Fabio Lopez Blanco Alvarez

R.G.: 27.691.155-6

CPF: 219.572.498-21

PROCURADOR

Testemunhas:

Nome:

CPF:

RONATO RONSI

382581728-83

Nome:

CPF:

RAFAEL A. CASTANHO

31367760895

TABELLIÃO OLIVEIRA LIMA  
15º Cartório de Notas  
Rua José Roberto da Oliveira Lima  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-015  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 3058-3100 - www.15notas.com.br  
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO ATÉ 5% DE:  
FABIO LOPEZ BLANCO ALVAREZ e ALUIZIO DA ROCHA COELHO NETO, a qual  
confero com padrão depositado em cartório.  
São Paulo/SP, 06/04/2015 - 13:05:31  
Em Testemunho da verdade. Total R\$ 14,68.  
RENATO HERNANDEZ - ESCRIVENTE AUT.  
Etiqueta: 598865. Selos: 701169 AA 701170



RENATO HERNANDEZ  
ESCRIVENTE AUTORIZADO

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

ANEXO I À ESCRITURA DE EMISSÃO

MODELO DE CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

O presente "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", datado de [data] de 2015 ("Contrato"), é celebrado por e entre:

I. na qualidade de cedentes fiduciários dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo),

[NOME], [qualificação], neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Cedente 1");

[NOME], [qualificação], neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Cedente 2"); e

[NOME], [qualificação], neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Cedente 3");

II. na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas (conforme definido abaixo) beneficiários da cessão fiduciária objeto deste Contrato,

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bl. 08, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

III. na qualidade de intervenientes anuentes:

[NOME], [qualificação], neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Interveniente 1"); e

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



51  
7

[**NOME**], [**qualificação**], neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“[**Interveniente 2**]” e, em conjunto com a [**Cedente 1**], a [**Cedente 2**], a [**Cedente 3**] e a [**Interveniente 1**], “**Emissoras**”); e

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 10º a 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento “**Banco Administrador**”),


sendo as Emissora, o Banco Administrador e o Agente Fiduciário doravante denominados, em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”.

**CONSIDERANDO QUE:**

(A) em 10 de março de 2015, a OEB deliberou a emissão de [12.500] ([doze mil e quinhentas]) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, de sua 2ª (segunda) emissão (“**Emissão OEB**” e “**Debêntures OEB**”, respectivamente), cujas condições e características estão descritas na “Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Odebrecht Energia do Brasil S.A.”, celebrado entre a OEB e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Odebrecht Energia S.A. (“**Odebrecht Energia**”) e da Odebrecht S.A. (“**Odebrecht**”), em [●] de [março] de 2015 (“**Escritura de Emissão OEB**”);

(B) em 10 de fevereiro de 2014, a OER Mirante deliberou a emissão de 6.030 (seis mil e trinta) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, de sua 1ª (primeira) emissão (“**Emissão Mirante**” e “**Debêntures Mirante**”, respectivamente), cujas condições e características estão descritas no “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OER Mirante Energia S.A.”, celebrado entre a OER Mirante e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Odebrecht, da Odebrecht Energia e da Odebrecht Energia Renovável S.A. (“**OER**” e, em conjunto com a Odebrecht e a Odebrecht Energia, “**Fiadoras**”), em 10 de fevereiro de 2014, conforme aditada (“**Escritura de Emissão Mirante**”);

(C) em 10 de fevereiro de 2014, a OER Nova Alvorada deliberou a emissão de 7.721 (sete mil, setecentas e vinte e uma) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, de sua 1ª (primeira)

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810279

52  
y

emissão (“Emissão Nova Alvorada” e “Debêntures Nova Alvorada”, respectivamente), cujas condições e características estão descritas no “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OER Nova Alvorada Energia S.A.”, celebrado entre a OER Nova Alvorada e o Agente Fiduciário, com a interveniência das Fiadoras, em 10 de fevereiro de 2014, conforme aditada (“Escritura de Emissão Nova Alvorada”);

(D) em 10 de fevereiro de 2014, a OER Caçu deliberou a emissão de 6.468 (seis mil, quatrocentas e sessenta e oito) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, de sua 1ª (primeira) emissão (“Emissão Caçu” e “Debêntures Caçu”, respectivamente), cujas condições e características estão descritas no “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OER Caçu Energia S.A.”, celebrado entre a OER Caçu e o Agente Fiduciário, com a interveniência das Fiadoras, em 10 de fevereiro de 2014, conforme aditada (“Escritura de Emissão Caçu”);

(E) em 30 de junho de 2014, a OER Mineiros deliberou a assunção da dívida representada pelas 28.127 (vinte e oito mil, cento e vinte e sete) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, de sua 1ª (primeira) emissão (“Emissão Mineiros” e “Debêntures Mineiros”, respectivamente, sendo a Emissão Mineiros, a Emissão OEB, a Emissão Mirante, a Emissão Nova Alvorada e a Emissão Caçu denominadas, em conjunto, “Emissões”, e as Debêntures Mineiros, as Debêntures OEB, as Debêntures Mirante, as Debêntures Nova Alvorada e as Debêntures Caçu denominadas, em conjunto, “Debêntures”), cujas condições e características estão descritas no “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OER Mineiros Energia S.A.”, celebrado entre a OER Mineiros e o Agente Fiduciário, com a interveniência das Fiadoras, em 10 de fevereiro de 2014, conforme aditada (“Escritura de Emissão Mineiros” e, em conjunto com a Escritura de Emissão OEB, a Escritura de Emissão Mirante, a Escritura de Emissão Nova Alvorada e a Escritura de Emissão Caçu, “Escrituras de Emissão”);

(F) as Cedentes são as legítimas titulares de direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado celebrados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“Contratos de Comercialização” e “CCEE”), conforme descritos no Anexo I deste Contrato (“Direitos Creditórios”);

(G) para assegurar o fiel, pontual, correto e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias das Emissoras assumidas perante os titulares das Debêntures (“Debenturistas”) nas

h

AB

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Escrituras de Emissão, as Cedentes se comprometeram, em caráter irrevogável e irretratável, a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os Direitos Creditórios;

(H) a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios foi aprovada em [Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas] da [Cedente 1], da [Cedente 2] e da [Cedente 3] realizadas em [data]; e

(I) a CCEE anuiu com a cessão fiduciária em [data];

**RESOLVEM** as Partes, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente Contrato, mediante os termos, cláusulas e condições a seguir.

Os termos utilizados no presente Contrato iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural) terão os respectivos significados indicados abaixo, ainda que posteriormente ao seu uso. Os termos que não sejam definidos de outra forma neste Contrato terão o significado que lhes é atribuído nas Escrituras de Emissão.

## CLÁUSULA PRIMEIRA DA CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

1.1. Em garantia do integral, fiel e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas Emissoras relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito das Emissões, incluindo encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos das Escrituras de Emissão e dos demais documentos das Emissões, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, das Escrituras de Emissão e dos demais documentos das Emissões, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pelas Emissoras, quando houver ("Obrigações Garantidas"), as Cedentes por este Contrato e na melhor forma de direito, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei n.º 4.728"), dos arts. 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada e, no que for aplicável, nos artigos 1.361 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), cedem e transferem fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, a posse indireta e o domínio resolúvel: (a) dos Direitos Creditórios, conforme descritos no Anexo I a este Contrato de Cessão Fiduciária; (b) dos direitos creditórios decorrentes da titularidade das Contas Vinculadas (conforme abaixo definido), independentemente do processo em que tais direitos creditórios se encontrem, inclusive

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



54  
m

enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários"); e (c) de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados a tais Direitos Creditórios e Créditos Bancários, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas às Cedentes com relação a tais Direitos Creditórios e a tais Créditos Bancários ("Direitos Adicionais" e, em conjunto com os Direitos Creditórios e os Créditos Bancários, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), observado Fluxo Mínimo Mensal (conforme abaixo definido) ("Cessão Fiduciária").

1.1.1. Para os fins do artigo 66-B da Lei n.º 4.728 e do artigo 1.362 do Código Civil, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente visam a garantir o pontual pagamento das Obrigações Garantidas, as quais têm suas características descritas resumidamente no Anexo II deste Contrato, em caso de inadimplemento das obrigações decorrentes das Debêntures.

1.2. A Cessão Fiduciária, assim como todas as obrigações aqui pactuadas, permanecerão íntegras e em pleno vigor até: (a) o pleno e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; ou (b) que sejam executados e os Debenturistas tenham recebido o produto integral da excussão dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente de forma definitiva e incontestável ("Prazo de Vigência"), sendo certo que uma vez integralmente liquidadas as Obrigações Garantidas, este Contrato ficará imediata e automaticamente terminado de pleno direito, e os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente serão liberados do gravame criado por este Contrato às custas das Cedentes, devendo o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, colaborar, tempestivamente, com toda e qualquer medida adicional necessária à liberação dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente. Após a integral liquidação das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário deverá assinar termo de quitação e liberação, a ser enviado às Cedentes em até 5 (cinco) Dias Úteis após a solicitação das Cedentes nesse sentido. O termo de quitação deverá ser encaminhado pelas Cedentes ao Banco Administrador.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### RECEBIMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

2.1. Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, inclusive o disposto na Cláusula 2.6 abaixo, desde a data de assinatura deste Contrato até o fim do Prazo de Vigência: (i) a [Cedente 1] obriga-se a fazer com que os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios de sua titularidade sejam pagos única, exclusiva e diretamente na conta corrente nº [●], mantida na agência nº 001 do Banco Administrador ("Conta Vinculada [Cedente 1]"); (ii) a [Cedente 2] obriga-se a fazer com que os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios de sua titularidade sejam pagos única, exclusiva e diretamente na conta corrente nº [●], mantida na agência nº 001 do Banco Administrador ("Conta Vinculada [Cedente 2]"); e (iii) a [Cedente 3] obriga-se a fazer com que os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios de sua titularidade sejam pagos única, exclusiva e diretamente na conta corrente

h

AB  
d

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810282

nº [●], mantida na agência nº 001 do Banco Administrador (“Conta Vinculada [Cedente 3]” e, em conjunto com a Conta Vinculada [Cedente 1] e a Conta Vinculada [Cedente 2], “Contas Vinculadas”).

2.1.1. Para fins de cumprimento do disposto na Cláusula 2.1. acima, a CCEE foi notificada e anuiu com a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, em [data].

2.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta deste Contrato, o Banco Administrador, deverá bloquear as Contas Vinculadas, de modo que a totalidade dos recursos ali depositados, observado o limite total de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) (“Valor Máximo de Retenção”), fique indisponível às Cedentes e permaneça à disposição dos Debenturistas, mediante envio de notificação pelo Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil após a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (sendo cada um, um “Evento de Retenção”):

- (a) descumprimento, por qualquer das Cedentes, de qualquer obrigação prevista neste Contrato, nas Escrituras de Emissão, no “Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre Odebrecht Energia, Odebrecht e o Agente Fiduciário, com a interveniência das Emissoras e da Odebrecht Energias Alternativas S.A. ou no “Instrumento Particular de Constituição de Garantia Cessão Fiduciária de Créditos Bancários e Outras Avenças”, celebrado entre a OEB e o Agente Fiduciário, com a interveniência da OER Mirante, da OER Nova Alvorada, da OER Caçu, da OER Mineiros e do Banco Administrador, hipótese na qual os recursos mantidos nas Contas Vinculadas permanecerão retidos até que o referido descumprimento seja sanado, sem prejuízo do disposto na Cláusula Quinta abaixo e nas alíneas (b) e (c) abaixo;
- (b) não observância, em qualquer mês, do Fluxo Mínimo Mensal, hipótese em que os recursos permanecerão mantidos nas Contas Vinculadas até que o Fluxo Mínimo Mensal seja recomposto; e
- (c) declaração de vencimento antecipado das Debêntures, hipóteses em que os recursos bloqueados nas Contas Vinculadas serão utilizados para liquidação integral ou amortização das Obrigações Garantidas, na forma da Cláusula Quinta deste Contrato. Após a integral liquidação das Obrigações Garantidas, o que sobejar será liberado e transferido para as respectivas Contas Movimento no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis.

2.2.1. Na ocorrência de um Evento de Retenção, o Agente Fiduciário deverá orientar por escrito o Banco Administrador sobre a aplicação dos valores existentes nas Contas Vinculadas, conforme as instruções recebidas das Cedentes, em (i) certificados de depósito bancário (CDB); e/ou (ii) títulos públicos federais, em todo caso desde que tais ativos sejam emitidos, administrados ou adquiridos pelo Banco Administrador ou por suas

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



SE  
Z

controladas, conforme o caso, direta ou indiretamente, devendo constar obrigatoriamente na referida notificação o montante dos recursos a ser aplicado, bem como a modalidade do investimento devidamente especificada (“Investimentos Permitidos”).

2.2.2. O Agente Fiduciário, bem como seus diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação dos Investimentos Permitidos, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras (não resultantes de transgressão deliberada) no investimento, reinvestimento ou liquidação dos Investimentos Permitidos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, exceto nas hipóteses em que tenha agido com culpa grave ou dolo. O Agente Fiduciário não possuirá qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições dos Investimentos Permitidos que sejam arbitradas e aprovadas pelos Debenturistas.


2.2.3. Para todos os fins e efeitos, os recursos depositados nas Contas Vinculadas deverão integrar de pleno direito, independentemente de qualquer outra formalidade, a definição de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

2.3. Exceto na ocorrência das hipóteses previstas na Cláusula 2.2. acima, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que ocorrer o respectivo depósito: (i) os recursos depositados na Conta Vinculada [Cedente 1] deverão ser transferidos para a conta corrente de titularidade da [Cedente 1] nº[●], mantida na agência nº [●] do banco [●] (“Conta Movimento [Cedente 1]”); (ii) os recursos depositados na Conta Vinculada [Cedente 2] deverão ser transferidos para a conta corrente de titularidade da [Cedente 2] nº[●], mantida na agência nº [●] do banco [●] (“Conta Movimento [Cedente 2]”); e (iii) os recursos depositados na Conta Vinculada [Cedente 3] deverão ser transferidos para a conta corrente de titularidade da [Cedente 3] nº[●], mantida na agência nº [●] do banco [●] (“Conta Movimento [Cedente 3]” e, em conjunto com a Conta Movimento [Cedente 1] e a Conta Movimento [Cedente 2], “Contas Movimento”).

2.3.1. Na ocorrência de um Evento de Retenção, os valores depositados nas Contas Vinculadas que excederem o Valor Máximo de Retenção também deverão ser transferidos pelo Banco Depositário para as respectivas Contas Movimento no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de cada Data de Verificação.

2.4. Em caso de excussão da garantia objeto deste Contrato os recursos depositados nas Contas Vinculadas deverão ser utilizados para liquidação das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula Quinta abaixo.

AB  
Z

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810284

2.5. As Cedentes, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 653 e 684 do Código Civil, nomeiam o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos termos dos instrumentos de procuração cujo modelo está previsto no Anexo III deste Contrato, seu bastante procurador para: (a) movimentar as Contas Vinculadas, mediante envio de notificação ao Banco Administrador, nos termos deste Contrato; (b) independentemente de anuência ou consulta prévia às Cedentes, praticar todos os atos necessários ao fiel e pontual cumprimento do disposto neste Contrato e nas Escrituras de Emissão; e (c) promover em nome das Cedentes o registro deste Contrato, nos termos da Cláusula 3.1 abaixo, caso as Cedentes não o tenham feito, sem prejuízo da caracterização de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte das Cedentes. Na ocorrência de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, aplicar-se-á o disposto na Cláusula Quinta abaixo. Os presentes mandatos são outorgados pelo prazo de 1 (um) ano, devendo ser renovados anualmente por igual período, até o fim do Prazo de Vigência, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a data prevista para o fim de seu prazo de vigência.

2.6. Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, caso as Cedentes venham a receber os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente de forma diversa da prevista neste Contrato, as Cedentes os receberão na qualidade de fidei depositárias, devendo providenciar a transferência da totalidade dos referidos recursos para a respectiva Conta Vinculada em até 2 (dois) Dias Úteis de seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto.

2.6.1. O recebimento dos recursos de forma diversa da prevista neste Contrato não constituirá descumprimento de obrigação por parte das Cedentes, desde que elas realizem a transferência de tais recursos para as respectivas Contas Vinculadas no prazo previsto na Cláusula 2.6 acima.

2.7. Adicionalmente, as Cedentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a não alterar ou modificar, sob qualquer forma, as Contas Vinculadas sem o prévio consentimento por escrito dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário.

2.8. As Cedentes concordam que, durante a vigência deste Contrato, não poderão movimentar as Contas Vinculadas, não sendo permitido às Cedentes a emissão de cheques, a transferência ou a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita, ou qualquer outra movimentação dos recursos das Contas Vinculadas, exceto para depósito ou recebimento de recursos/dinheiro, sendo que as Contas Vinculadas serão movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Administrador, mediante o recebimento de notificações do Agente Fiduciário, por conta e ordem dos Debenturistas, nos termos deste Contrato e das Escrituras de Emissão.

2.9. Pelo presente Contrato, o Agente Fiduciário fica autorizado, em nome dos Debenturistas, a receber extratos, recibos e relatórios relativos às Contas Vinculadas, sem que seja considerado qualquer quebra de sigilo bancário, devendo o Agente Fiduciário, sempre que solicitado,

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



disponibilizar essas informações aos Debenturistas, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da aludida solicitação.

2.9.1. Para fins do disposto na Cláusula 2.9 acima, as Cedentes autorizam, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, o Banco Administrador a fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações referentes às Contas Vinculadas que sejam exigidas nos termos deste Contrato, bem como liberam, neste ato, o Banco Administrador e o Agente Fiduciário da obrigação de sigilo bancário nos termos da legislação vigente, podendo o Agente Fiduciário, inclusive, sem limitação, fornecer as referidas informações para os Debenturistas. As Cedentes renunciam desde já e isentam o Banco Administrador e o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade decorrente da violação de sigilo bancário de tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, art. 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, desde que o fornecimento de informações sujeitas a sigilo bancário seja feito exclusivamente para os fins previstos neste Contrato e/ou nas Escrituras de Emissão.


2.10. As Contas Vinculadas não poderão ser encerradas até que findo o Prazo de Vigência, o qual será comprovado por meio do termo de quitação e liberação a ser emitido pelo Agente Fiduciário e enviado às Cedentes nos termos da Cláusula 1.2 acima. O referido termo de quitação deverá ser encaminhado pelas Cedentes ao Banco Administrador.

2.11. As Cedentes, às suas próprias expensas, deverão tomar todas as providências necessárias para a cobrança e boa liquidação dos Direitos Creditórios, assim que exigíveis. As Cedentes se comprometem a promover, ainda, às suas expensas, todas as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos Direitos Creditórios não pagos na respectiva data de vencimento, inclusive com relação à interrupção de prescrição quando aplicável, sem prejuízo da preservação do direito de ação dos Debenturistas neste sentido, representados pelo Agente Fiduciário.

### CLÁUSULA TERCEIRA REGISTRO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

3.1. Como parte do processo de constituição da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, as Cedentes se obrigam a, às suas exclusivas expensas, levar a registro este Contrato e averbar seus eventuais aditamentos nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos *[das cidades em que se localizam as sedes das Partes]*, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua celebração, enviando ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original registrada em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção do registro.

3.2. As Cedentes obrigam-se, ainda, a permanecer até a liquidação da totalidade das Obrigações Garantidas, na posse e guarda dos documentos representativos dos Direitos

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810286

59  
Ry

Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluindo, sem limitação, os Contratos de Comercialização e todos e quaisquer outros contratos, relatórios, extratos e boletos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, assumindo, sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositário desses documentos, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exhibi-los ou entregá-los ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, ou ao juízo competente no prazo que vier por este a ser determinado.

#### CLÁUSULA QUARTA DO FLUXO MÍNIMO MENSAL

4.1. Durante toda a vigência deste Contrato e até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, deverão ser depositados nas Contas Vinculadas, mensalmente, Direitos Creditórios em um valor agregado correspondente a, no mínimo, R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) ("Fluxo Mínimo Mensal").

4.2. O Agente Fiduciário será o responsável por verificar mensalmente, a partir de [●], sempre no dia 28 de cada mês (ou no primeiro Dia Útil subsequente, caso o dia 28 não seja um Dia Útil) ("Data de Verificação"), mediante a análise de extratos (inclusive por meio eletrônico) das Contas Vinculadas, o atendimento do Fluxo Mínimo Mensal no período compreendido entre a respectiva Data de Verificação (inclusive) e a Data de Verificação imediatamente anterior (exclusive).

4.2.1. Caso, em qualquer Data de Verificação, o Agente Fiduciário constatare a não observância do Fluxo Mínimo Mensal no respectivo mês, o Agente Fiduciário deverá, sem prejuízo de sua obrigação de notificar o Banco Administrador para a retenção dos recursos, até o Dia Útil seguinte à data em que ocorrer tal constatação, enviar às Cedentes notificação para que elas ofereçam reforço à presente Cessão Fiduciária ("Notificação de Reforço") no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida Notificação de Reforço, por meio: (i) da cessão fiduciária em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de novos direitos creditórios decorrentes de outros contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado celebrados por controladas da OER; e/ou (ii) do depósito de recursos imediatamente disponíveis nas Contas Vinculadas, em montante suficiente para o restabelecimento do Fluxo Mínimo Mensal.

4.2.1.1. A cessão fiduciária dos novos direitos creditórios oferecidos nos termos do item (i) da Cláusula 4.2.1 acima deverá ser formalizada, por meio de aditamento ao presente Contrato de Cessão Fiduciária, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da Notificação de

✓

ps  
K

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Reforço, independentemente de qualquer anuência por parte dos Debenturistas, devendo o aditamento ser registrado nos termos da Cláusula Terceira.


4.2.1.2. Na hipótese prevista no item (ii) da Cláusula 4.2.1. acima, as Cedentes deverão notificar o Agente Fiduciário a respeito do depósito dos recursos para que este faça, em até 2 (dois) Dias Úteis, a verificação de restabelecimento do Fluxo Mínimo Mensal. Havendo restabelecimento do Fluxo Mínimo Mensal, não haverá vencimento antecipado das Debêntures, sendo certo que, caso o reforço da Cessão Fiduciária seja realizado por 3 (três) vezes consecutivas na forma prevista no item (ii) da Cláusula 4.2.1 deste Contrato, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do último reforço, as Cedentes deverão oferecer novas garantias em substituição aos Direitos Creditórios, as quais deverão ser aprovadas pelos Debenturistas, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas de cada Emissão, convocadas pela Emissora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tais garantias forem apresentadas pelas Cedentes, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, salvo se tais novos direitos creditórios forem decorrentes de outros contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado celebrados por controladas da OER, conforme previsto no item (i) da Cláusula 4.2.1 acima, hipótese na qual o reforço da garantia poderá ser efetuado independentemente de aprovação dos Debenturistas.

4.2.2. Constatando-se a ocorrência de trânsito em julgado de qualquer sentença judicial condenatória, sentença arbitral definitiva, laudo arbitral definitivo, ou ainda de qualquer medida judicial cautelar ou liminar cujos efeitos não tenham sido suspensos, em sede de arresto, sequestro ou penhora que acarretem ou possam acarretar a deterioração da presente garantia, as Cedentes obrigam-se a reforçar ou complementar a mesma, conforme previsto nas Cláusulas 4.2.1 e seguintes deste Contrato.

4.2.3. Caso não sejam observados os prazos referidos nas cláusulas 4.2.1, 4.2.1.1 e 4.2.1.2 acima, será caracterizado um evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos das respectivas Escrituras de Emissão.

## CLÁUSULA QUINTA EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

5.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula Segunda deste Contrato, ocorrendo a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas nos termos das Escrituras de Emissão, ou o inadimplemento das Obrigações Garantidas em seu vencimento final, o Agente Fiduciário, por conta e ordem dos Debenturistas e por eles assim instruído, deverá, de boa-fé, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, receber, no todo ou em parte, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas. Para tanto, na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas nos termos das Escrituras de Emissão, ou do inadimplemento das

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Obrigações Garantidas em seu vencimento final, o Agente Fiduciário fica autorizado pelas Cedentes, em caráter irrevogável e irretratável, inclusive por meio do Banco Administrador, a ceder, usar, sacar, descontar, investir ou resgatar os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, utilizando o produto na amortização ou, se possível, na liquidação integral das Obrigações Garantidas devidas e não pagas nos termos das Escrituras de Emissão e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a cessão, uso, saque, desconto, investimento ou resgate dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente ou sobre o pagamento, aos Debenturistas, do montante de seu crédito, conforme instruções recebidas dos Debenturistas. Ao final, o Agente Fiduciário deverá liberar às Cedentes os respectivos recursos que porventura sobejarem, por meio do envio de instruções nesse sentido ao Banco Administrador.

5.1.1 Fica o Agente Fiduciário, nos termos dos instrumentos de procuração cujo modelo está previsto no Anexo III do presente Contrato, sem prejuízo do disposto na Cláusula Segunda acima, em caráter irrevogável e irretratável, na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário das Cedentes nos termos dos artigos 653 e 684 do Código Civil, na ocorrência das hipóteses previstas nas Cláusula 5.1, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e a praticar quaisquer atos necessários à excussão da garantia objeto deste Contrato, sendo-lhe conferidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente para tanto, inclusive os poderes *ad negotia*. Os presentes mandatos são outorgados pelo prazo de 1 (um) ano, devendo ser renovados anualmente por igual período, até o fim do Prazo de Vigência, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a data prevista para o fim de seu prazo de vigência.

5.1.2 Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula Quinta, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser exclusiva e imediatamente aplicados no pagamento das Obrigações Garantidas, observado que, caso não sejam suficientes para quitar integralmente todas as Obrigações Garantidas, os referidos recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, a integralidade dos recursos que sobejarem deverá ser alocada para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) reembolso dos valores relacionados a comissões, custos ou despesas (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão deste Contrato, além de eventuais tributos, encargos, taxas e comissões) devidas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário; (ii) encargos moratórios devidos no âmbito das Escrituras de Emissão, deste Contrato e dos demais documentos das Debêntures; (iii) Remuneração das Debêntures, nos termos das Escrituras de Emissão; e (iv) valor de principal devido em decorrência das Debêntures, no âmbito das Escrituras de Emissão.

5.1.3 Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula Quinta não sejam suficientes para liquidar as Obrigações Garantidas, as

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810289

Emissoras permanecerão responsáveis pelo saldo remanescente atualizado das Obrigações Garantidas, até a sua integral liquidação.

5.1.4 O Agente Fiduciário comunicará as Cedentes acerca da declaração de vencimento antecipado das Debêntures em até 1(um) Dia Útil contados de sua ocorrência.

5.2. As Cedentes se obrigam a praticar todos os atos e a cooperar com o Agente Fiduciário e/ou com o Banco Administrador, conforme o caso, em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula Quinta.

5.3. O Agente Fiduciário deverá agir estritamente de acordo com este Contrato e com as instruções recebidas por escrito dos Debenturistas, reunidos em Assembleias Geral de Debenturistas, não cabendo ao Agente Fiduciário qualquer discricionariedade em sua atuação e, portanto, nenhuma responsabilidade sobre as medidas tomadas de acordo com o presente Contrato e as instruções recebidas dos Debenturistas, que deverão, por sua vez, observar o disposto nas Escrituras de Emissão sobre o assunto, exceto nas hipóteses em que tenha agido com dolo ou culpa grave.

5.4. A presente cessão fiduciária em garantia será compartilhada em igualdade de condições por todos os Debenturistas, sem qualquer preferência de um deles em relação aos demais, de modo que, caso os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente venham a ser executados, o produto de tal excussão será compartilhado entre os Debenturistas, na proporção do valor dos créditos detidos por cada um deles.

## CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, conforme aplicável, durante o Prazo de Vigência, as Cedentes se obrigam, nos seguintes termos, a:

(a) manter junto ao Banco Administrador, nas respectivas Contas Vinculadas, o recebimento dos Direitos Creditórios até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas;

(b) manter a Cessão Fiduciária existente, válida, eficaz, em perfeita ordem e em pleno vigor, durante todo o Prazo de Vigência, sem qualquer restrição ou condição, bem como manter os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos e/ou gravames, com a exceção daqueles criados por meio deste Contrato;

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



(c) não alterar ou encerrar as respectivas Contas Vinculadas, bem como não permitir que seja alterado qualquer termo ou condição que possa, de qualquer forma, alterar os direitos e as prerrogativas relacionadas às Contas Vinculadas previstos neste Contrato, e não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar o cumprimento, pelas Cedentes, das suas obrigações, ou o exercício, pelo Agente Fiduciário, de seus direitos, previstos neste Contrato;


(d) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência do respectivo evento, qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a plena eficácia da garantia fiduciária constituída por meio deste Contrato;

(e) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, ter um efeito adverso relevante para os Debenturistas, ou alterar a Cessão Fiduciária, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, este Contrato e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere esta alínea em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência;

(f) pagar ou fazer com que sejam pagos (antes da incidência de quaisquer multas, penalidades, juros ou despesas) todos os tributos presentes ou futuramente incidentes sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e todas as despesas que, caso não sejam pagas, possam constituir um ônus ou gravame sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(g) dar ciência, por escrito, aos seus administradores e executivos, dos termos e condições deste Contrato, e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;

(h) prestar e/ou enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação (ou em outro prazo se assim determinado de forma específica neste Contrato), todas as informações e documentos: (i) necessários à verificação da presente cessão fiduciária em garantia, nos termos deste Contrato; e (ii) relativos às Contas Vinculadas, sendo que o Banco Administrador, independentemente de anuência ou consulta prévia às Cedentes, ficará autorizado a fornecer extratos mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas ao Agente Fiduciário;

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810291

(i) permitir e fazer com que o Banco Administrador permita, ao Agente Fiduciário ou a seus representantes, o livre acesso, inclusive eletrônico, para consulta às informações das Contas Vinculadas;

(j) até o pagamento integral das obrigações garantidas, não alterar ou permitir que seja alterado o Banco Administrador sem a prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando se tratar de denúncia deste Contrato pelo Banco Administrador, hipótese em que deverá ser observado o disposto na Cláusula 9.21 abaixo;


(k) com relação aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e/ou qualquer dos direitos a eles inerentes, não alienar, vender, ceder, transferir, permutar, conferir ao capital, emprestar, dar em pagamento ou de qualquer outra forma dispor, inclusive por meio de redução de capital, resgate e/ou amortização de ações, ou constituir qualquer ônus (com a exceção dos ônus constituídos nos termos deste Contrato), nem permitir que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico sem a aprovação prévia do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, conforme deliberação dos mesmos reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas;

(l) não praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, afetar o cumprimento, pelas Cedentes, das condições da Cessão Fiduciária, inclusive por meio do recebimento de adiantamentos de valores relacionados aos Direitos Creditórios que não sejam feitos nas Contas Vinculadas;

(m) indenizar, defender, eximir, manter indene e, quando aplicável, reembolsar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário, conforme o caso, em relação a todos e quaisquer prejuízos, indenizações, responsabilidades, danos diretos, eventuais desembolsos, adiantamentos, tributos ou despesas (inclusive honorários e despesas de advogados externos) razoáveis e comprovadamente pagos ou incorridos pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário, decorrentes do descumprimento, pelas Cedentes, das Obrigações Garantidas e/ou descumprimentos relacionados ao presente Contrato;

(n) adotar todas as medidas necessárias ao devido registro deste Contrato e seus eventuais aditamentos nos termos aqui estipulados;

(o) tratar qualquer sucessor do Agente Fiduciário como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais documentos relacionados às Emissões, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos dos documentos relacionados às Emissões; e

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

65  
mg



1810292

(p) fazer com que a totalidade dos Direitos Creditórios seja depositada nas respectivas Contas Vinculadas, de acordo com a Cláusula 2.1 acima.

6.2 As Cedentes, às suas próprias expensas, celebrarão os documentos e instrumentos adicionais necessários que venham a ser exigidos de tempos em tempos para permitir que o Agente Fiduciário proteja os direitos ora constituídos, no todo ou em parte, ou o exercício por parte do Agente Fiduciário de quaisquer dos direitos, poderes e faculdades a ele atribuídos pelo presente Contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA DECLARAÇÕES DAS CEDENTES

7.1. Cada uma das Cedentes, individualmente, neste ato, faz as seguintes declarações perante o Agente Fiduciário:

(a) é legítima possuidora e proprietária dos respectivos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, cessão, caução, penhor, encargos ou gravames de qualquer natureza (exceto pela Cessão Fiduciária constituída nos termos deste Contrato), não existindo contra a Cedente qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a Cessão Fiduciária;

(b) é sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis brasileiras e possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este Contrato, outorgar mandato a terceiros, inclusive o Agente Fiduciário, e cumprir as obrigações por ela assumidas neste Contrato;

(c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração deste Contrato, à constituição da Cessão Fiduciária e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;

(d) a celebração deste Contrato e os termos e condições aqui estabelecidos, o cumprimento de suas obrigações aqui previstas e a constituição da Cessão Fiduciária não infringem ou contrariam: (i) qualquer contrato ou documento no qual a Cedente (e/ou suas controladoras e coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus respectivos bens e propriedades estejam vinculados, nem resulta em (i.a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos; (i.b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Cedente (exceto os ônus decorrentes da constituição da Cessão Fiduciária), ou (i.c) rescisão de

✓

AS

✓

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810293

66  
y

qualquer desses contratos ou documentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Cedente (e/ou suas controladoras, controladas e coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus respectivos bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Cedente (e/ou suas controladoras, controladas e coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus respectivos bens e propriedades;

(e) os representantes legais que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Cedente, as obrigações aqui estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(f) mediante o registro deste Contrato e de seus eventuais aditamentos, conforme previsto na Cláusula 3.1 acima, a Cessão Fiduciária será devidamente constituída e válida nos termos da regulamentação aplicável, observados os termos e condições aqui estabelecidos, constituindo em favor dos Debenturistas um direito real de garantia de primeiro e único grau, válido, eficaz, exigível e exequível perante quaisquer terceiros sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

(g) ressalvados os registros mencionados na alínea (f) acima e o arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro das atas dos atos societários das Cedentes por meio dos quais foi aprovada a Cessão Fiduciária, conforme aplicável, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou junto a qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e cumprimento deste Contrato;

(h) os Direitos Creditórios são originados de negócios comerciais legítimos e devidamente constituídos e exigíveis de acordo com a legislação e regulamentação brasileiras;

(i) todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos dos artigos 653 e 684 do Código Civil; e

(j) cumpre, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, os quais são pautados pelo respeito e observância aos melhores padrões socioambientais.

7.2. As Cedentes e as Emissoras se obrigam, de forma solidária, irrevogável e irretratável, a indenizar o Banco Administrador, os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos e perdas diretos, eventuais custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810294

67  
my

honorários advocatícios), desde que razoáveis e comprovadamente incorridos pelo Banco Administrador, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, em razão da inveracidade, incompletude ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Sétima.

7.2.1. A indenização a que se refere a Cláusula 7.2 acima deverá ser paga em moeda corrente nacional, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Banco Administrador, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário.

7.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.2 acima, as Cedentes se obrigam a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário e o Banco Administrador caso tenham conhecimento de que quaisquer das declarações aqui prestadas eram total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas na data em que foram prestadas.

7.4. No caso de as Partes firmarem aditamento a este Contrato, as declarações e garantias aqui prestadas pelas Cedentes deverão também, no que couber, ser prestadas com relação ao aditamento, devendo ser corretas, válidas e estar vigentes na data de assinatura do respectivo aditamento, ressalvadas as atualizações devidas e necessárias.

#### CLÁUSULA OITAVA AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e nas Escrituras de Emissão, o Agente Fiduciário se obriga, durante todo o Prazo de Vigência, a:

- (a) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, na execução destas, as disposições deste Contrato;
  - (b) proteger os direitos dos Debenturistas sobre os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, devendo negociar com os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da mesma forma que negociaria com propriedades ou direitos semelhantes de sua própria titularidade e obedecer todas as demais disposições deste Contrato que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos Debenturistas;
  - (c) solicitar ao Banco Administrador o cumprimento de quaisquer providências que sejam necessárias para os fins de obter ou preservar integralmente os direitos decorrentes deste Contrato e os poderes aqui outorgados;
  - (d) notificar prontamente o Banco Administrador quando da ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento das Obrigações Garantidas; e
- h
- X
- AS

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810295

(e) agir, na qualidade de representante dos Debenturistas, unicamente de acordo com as instruções que lhe forem passadas pelos Debenturistas, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas, bem como de acordo com o previsto no presente Contrato.

8.2. As Emissoras reconhecem, outrossim, que o Agente Fiduciário poderá ser substituído a qualquer tempo pelos Debenturistas, conforme deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas, nos termos das Escrituras de Emissão. As Emissoras comprometem-se a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a por meio da celebração de aditamento a este Contrato.

### CLÁUSULA NONA BANCO ADMINISTRADOR

9.1. O Banco Administrador deverá fazer com que as Contas Vinculadas sejam movimentadas exclusivamente em conformidade com o disposto neste Contrato, observado que o Banco Administrador poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista neste Contrato na hipótese de recebimento de ordem judicial ou proveniente de órgãos governamentais competentes, ou ainda caso assim seja exigido por lei ou regulamentação aplicáveis.

9.1.1. O Banco Administrador enviará comunicação às Cedentes e ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, caso recepcione ordem judicial ou proveniente de órgãos governamentais competentes, salvo proibição neste sentido.

9.2. O Banco Administrador não terá responsabilidade em relação aos contratos celebrados entre o Agente Fiduciário e as Cedentes de que não seja signatário, não devendo ser, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as Partes ou intérprete das condições neles estabelecidas.

9.3. O Banco Administrador terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação.

9.4. O Banco Administrador cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações deste Contrato.

9.4.1. O Banco Administrador poderá encaminhar ao Agente Fiduciário e/ou às Cedentes, conforme o caso, qualquer notificação que considere, a seu exclusivo critério, ilegal, imprecisa, ambígua ou de outro modo inconsistente com qualquer disposição deste Contrato ou com outra instrução recebida, para que estes solucionem a aludida ilegalidade,

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



imprecisão, ambiguidade ou inconsistência. O Banco Administrador terá o direito de se abster de cumprir qualquer instrução até que (i) a ilegalidade, imprecisão, ambiguidade ou inconsistência seja sanada, ou (ii) receba uma ordem judicial.

9.5. O Banco Administrador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer duplicata, título ou instrumento por ele devido ou a ele entregue, em relação a este contrato.

9.6. O Banco Administrador não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.

9.7. O Banco Administrador não está obrigado a verificar a veracidade da notificação que lhe for entregue e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos dela decorrentes.

9.8. O Banco Administrador não será responsável se os valores depositados nas Contas Vinculadas forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade à qual o Banco Administrador esteja sujeito, tais como Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.

9.9. Este Contrato é celebrado sem obrigação de exclusividade e as Partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas umas das outras, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da Parte detentora do nome ou marca que será utilizada.

9.10. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela Parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

9.11. O Banco Administrador não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias.

9.12. As Partes obrigam-se a enviar ao Banco Administrador as vias assinadas deste Contrato, com firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas da documentação societária e pessoal das Partes deste contrato, para fins de validação de poderes.

9.12.1. As Partes reconhecem, ainda, que o Banco Administrador não poderá movimentar as Contas Vinculadas ou realizar qualquer aplicação sobre os recursos nelas mantidos antes do recebimento da documentação mencionada na Cláusula 9.12, acima.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



9.13. Este Contrato somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as Partes; (ii) recepção, pelo Banco Administrador, das respectivas vias assinadas, e (iii) o cumprimento do disposto na Cláusulas 9.12 deste Contrato.

9.13.1. As Cedentes e o Agente Fiduciário concordam, desde já, que o Banco Administrador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Contrato, contado do cumprimento do disposto nas Cláusulas 9.12 e 9.13 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada.

9.14. Este contrato poderá ser denunciado pelo Banco Administrador em relação aos seus direitos e obrigações, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, enviado às demais Partes.

9.14.1. Na hipótese de denúncia deste contrato pelo Banco Administrador, as Cedentes e o Agente Fiduciário deverão indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da denúncia, conta corrente para onde devem ser transferidos os recursos depositados nas Contas Vinculadas. A instituição financeira contratada para substituir o Banco Administrador no cumprimento de suas obrigações deverá ser previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA COMUNICAÇÕES

10.1. Qualquer notificação, instrução ou comunicação a ser realizada entre as Partes em virtude deste Contrato deverá ser entregue pessoalmente, por correio, *courier* ou correio eletrônico, desde, em qualquer hipótese, acompanhada de comprovante de recebimento, devendo ser endereçada a:

*Se para a [Cedente 1]:*

[Nome]

[Endereço]

At.: [●]

Tel.: [●]

E-mail: [●]

*Se para a [Cedente 2]:*

[Nome]

[Endereço]

At.: [●]


Tel.: [●]

E-mail: [●]

*Se para a [Cedente 3]:*

[Nome]

[Endereço]

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



At.: [●]  
Tel.: [●]  
E-mail: [●]

*Se para o Agente Fiduciário:*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, bl. 08, ala B, salas 303 e 304

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

E-mail: [garantia@pentagonotrustee.com.br](mailto:garantia@pentagonotrustee.com.br)

*Se para o [Interveniente 1]:*

[Nome]

[Endereço]

At.: [●]

Tel.: [●]

E-mail: [●]

*Se para o [Interveniente 2]:*

[Nome]

[Endereço]

At.: [●]

Tel.: [●]

E-mail: [●]

*Se para o Banco Administrador:*

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.477, 10.º a 15.º andares

04538-133 - São Paulo, SP

At.: Rodrigo Pereira

Tel.: (11) 3383 2000

E-mail: [ol-apoio-ao-credito@btgpactual.com](mailto:ol-apoio-ao-credito@btgpactual.com) / [ol-juridicio-renda-fixa@btgpactual.com](mailto:ol-juridicio-renda-fixa@btgpactual.com)

10.2. As comunicações serão consideradas entregues (a) quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, nos endereços acima; e (b) se enviadas por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810299

10.3. A mudança de qualquer um dos dados para contato indicados acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seus dados alterados, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste Contrato.

11.2. A garantia prevista neste Contrato será independente de quaisquer outras garantias prestadas ou que venham a ser prestadas em favor dos Debenturistas, de modo que o Agente Fiduciário poderá, a qualquer tempo, em nome dos Debenturistas, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, conjunta ou separadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas.

11.3. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus eventuais sucessores e cessionários, a qualquer título, ao seu fiel e integral cumprimento.

11.4. As Partes não poderão ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato a quaisquer terceiros, a qualquer título, exceto com o prévio e expresso consentimento das outras Partes.

11.4.1. O disposto nessa cláusula não se aplica (a) à cessão decorrente da substituição do Agente Fiduciário, nos termos das Escrituras de Emissão; e (b) à hipótese de o Banco Administrador ceder suas obrigações decorrentes deste Contrato, total ou parcialmente, a sociedade pertencente ao seu conglomerado econômico, desde que o cessionário esteja autorizado pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste Contrato e o Banco Administrador notifique o Agente Fiduciário e as Cedentes a respeito da referida cessão no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da cessão.

11.5. Qualquer alteração, modificação, aditamento, complemento ou renúncia dos termos e condições deste Contrato somente será considerado válido se formalizado por escrito, em instrumentos próprios assinados por todas as Partes, observado o disposto na Cláusula 3.1 acima.

11.6. A invalidação, nulidade ou inexecutabilidade, no todo ou em parte, de qualquer disposição deste Contrato não afetará as demais disposições deste Contrato, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição deste Contrato, as Partes obrigam-se a negociar, na medida permitida pela legislação aplicável, de boa-fé e no menor

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810300

prazo possível, uma alteração a este Contrato a fim de substituir a disposição declarada inválida, nula ou inexequível por uma nova que seja válida e vinculante e observe a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da disposição declarada inválida, nula ou inexequível, bem como o contexto em que se insere.

11.7. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes deste Contrato.

11.8. As Cedentes concordam, como condição deste Contrato, no que lhes disser respeito, em tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão da cessão fiduciária em garantia objeto deste Contrato, e em praticar tais medidas de modo a possibilitar aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, o bom exercício de todos os seus direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

11.9. Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário em decorrência de registros, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da Cessão Fiduciária, ao recebimento do produto da excussão da Cessão Fiduciária e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros custos ou despesas relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas, será de responsabilidade das Cedentes, devendo ser reembolsado ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento pelas Cedentes de notificação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário, juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados.

11.10. Fica assegurado ao Agente Fiduciário o amplo direito de verificar a integridade dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, podendo, desta forma, solicitar às Cedentes que lhe forneçam, a qualquer momento, declaração de manutenção do registro da Cessão Fiduciária, nos termos previstos neste Contrato e nas Escrituras de Emissão.

11.11. As Cedentes autorizam o Agente Fiduciário e cada um dos Debenturistas, a qualquer tempo, a: (a) fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o SCR, informações sobre o montante de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, bem como o valor das coobrigações assumidas e das garantias prestadas; e (b) consultar o SCR sobre eventuais informações existentes em nome das Cedentes.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



11.12. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos dos incisos II e III do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

11.13. Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica de quaisquer das Obrigações Garantidas, inclusive dos compromissos e obrigações decorrentes deste Contrato, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.

11.14. Para fins deste Contrato, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

11.15. Para fins deste Contrato, sempre que houver necessidade de aprovação de determinada matéria pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, tal matéria somente será considerada aprovada se for deliberada em Assembleia Geral de Debenturistas de cada uma das Emissões, nos termos das respectivas Escrituras de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.2.3 acima.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA TÉRMINO DO CONTRATO

12.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e permanecerá em vigor até o término do Prazo de Vigência, quando ficará automaticamente extinto e os direitos de garantia ora constituídos ficarão desconstituídos.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA LEI APLICÁVEL E FORO

13.1. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

13.2. Fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados a este Contrato, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão, interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos (“Controvérsia”), não solucionadas de comum acordo entre as Partes dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados de uma notificação por outra Parte sobre o conflito, serão

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810302

obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvidas por meio de arbitragem a ser instituída e processada de acordo com as Regras da Câmara de Comércio Internacional – CCI (“Regras da CCI” e “Câmara”), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com as referidas Regras da CCI (“Tribunal Arbitral”).

13.3. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os dois árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro, as nomeações faltantes serão feitas pela Câmara.

13.4. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo 3 (três) ou mais Partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as Partes, em conjunto, nomearão 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes de notificação da Câmara nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente da Câmara. Caso as Partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da Câmara, que designará um deles para atuar como presidente.

13.5. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável as da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas deste Contrato e, na omissão, o disposto na legislação brasileira, vedado o julgamento por equidade. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerão as deste Contrato.

13.6. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as Regras da CCI.

13.7. A arbitragem será sigilosa.

13.8. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

13.9. A sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

13.10. As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810303

ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

13.10.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a prática das medidas requeridas ao Poder Judiciário na forma da Cláusula 13.10 acima.

13.11. As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula Décima Terceira deverão ser arcadas pela Parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

O presente Contrato é firmado por cada uma das Partes em 7 (sete) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, [data].

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

97



1810304

(Página de Assinatura 1/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

[CEDENTE 1]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

h

X

PS  
2

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

78  
my



1810305

Página de Assinatura 2/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

[CEDENTE 2]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

↓

h

AS  
d

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

19  
m



1810306

(Página de Assinatura 3/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

[CEDENTE 3]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

X

1

ABJ

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

pe  
my



Página de Assinatura 4/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

1810307

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: **Kelson Thaies Cruzeiro Prates**  
Cargo: **Procurador**

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810308

Página de Assinatura 5/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

[INTERVENIENTE 1]

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

82  
my



1810309

Página de Assinatura 6/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

[INTERVENIENTE 2]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

X

X

PSK

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

82  
my



1810310

Página de Assinatura 7/7 do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças")

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

CPF/MF:

X

h

AS d

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810311

ANEXO II AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS  
AVENÇAS

DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

1) Debêntures OEB

Valor Principal:

R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais), na respectiva data de emissão.

Obrigações Garantidas:

Todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas OEB relativas às Debêntures OEB e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão OEB, incluindo encargos moratórios devidos pela OEB nos termos da Escritura de Emissão OEB e dos demais documentos da Emissão OEB, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures OEB, da Escritura de Emissão OEB e dos demais documentos da Emissão OEB, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pelas OEB, quando houver

Data de Vencimento e Pagamento de Principal, Atualização Monetária e Remuneração:

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures OEB ou de resgate antecipado das Debêntures OEB, nos termos previstos na Escritura de Emissão OEB, o prazo das Debêntures OEB será de 534 (quinhentos e trinta e quatro) dias, contados da sua data de emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2016.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures OEB, resgate antecipado das Debêntures OEB ou amortização antecipada das Debêntures OEB, nos termos previstos na Escritura de Emissão OEB, o

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810312

85

valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures OEB será integralmente pago em uma única parcela, na data de vencimento das Debêntures OEB.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures OEB não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures OEB (ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures OEB, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”) no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) (“Taxa DI”), acrescida de capitalizada de uma sobretaxa de 2,6300% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O cálculo da remuneração das Debêntures OEB obedecerá a fórmula constante da Escritura de Emissão OEB. Os valores relativos à remuneração das Debêntures OEB deverão ser pagos mensalmente, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2015.

Vencimento Antecipado:

As obrigações decorrentes das Debêntures OEB poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão OEB.

Local e Forma de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures OEB e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela OEB nos termos da Escritura de Emissão OEB serão efetuados pela OEB no dia de seu respectivo vencimento: (i) de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures OEB custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) na

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810313

Encargos Moratórios:

86  
m  
7

hipótese de as Debêntures OEB não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pela instituição contratada para prestação dos serviços de escriturador mandatário.

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures OEB, ocorrendo impontualidade no pagamento pela OEB de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela OEB ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

**2) Debêntures OER Mirante**

Valor Principal:

R\$ 60.300.000,00 (sessenta milhões e trezentos mil reais), na respectiva data de emissão.

Obrigações Garantidas:

Todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas OER Mirante relativas às Debêntures Mirante e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão Mirante, incluindo encargos moratórios devidos pela OER Mirante nos termos da Escritura de Emissão Mirante e dos demais documentos da Emissão Mirante, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures Mirante, da Escritura de Emissão Mirante e dos demais documentos das Emissão Mirante, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pelas OER Mirante, quando houver

Data de Vencimento e Pagamento de Principal, Atualização Monetária e

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Mirante ou de

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Remuneração:

resgate antecipado das Debêntures Mirante, nos termos previstos na Escritura de Emissão Mirante, o prazo das Debêntures Mirante será de 18 (dezoito meses), contados da sua data de emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2016.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Mirante, resgate antecipado das Debêntures Mirante ou amortização antecipada das Debêntures Mirante, nos termos previstos na Escritura de Emissão Mirante, o valor nominal unitário das Debêntures Mirante será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2016.


O Valor Nominal Unitário das Debêntures Mirante não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures Mirante (ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures Mirante, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de capitalizada de uma sobretaxa de 2,6300% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O cálculo da remuneração das Debêntures Mirante obedecerá a fórmula constante da Escritura de Emissão Mirante. Os valores relativos à remuneração das Debêntures Mirante deverão ser pagos mensalmente, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2015.

Vencimento Antecipado:

As obrigações decorrentes das Debêntures Mirante poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão Mirante.

Local e Forma de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures Mirante e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810315

88

OER Mirante nos termos da Escritura de Emissão Mirante serão efetuados pela OER Mirante no dia de seu respectivo vencimento: (i) de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures Mirante custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) na hipótese de as Debêntures Mirante não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pela instituição contratada para prestação dos serviços de escriturador mandatário.

Encargos Moratórios:

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures Mirante, ocorrendo impontualidade no pagamento pela OER Mirante de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela OER Mirante ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

**3) Debêntures Nova Alvorada**

Valor Principal:

R\$ 77.210.000,00 (setenta e sete milhões e duzentos e dez mil reais), na respectiva data de emissão.

Obrigações Garantidas:

Todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas OER Nova Alvorada relativas às Debêntures Nova Alvorada e demais obrigações assumidas no âmbito das Emissão Nova Alvorada, incluindo encargos moratórios devidos pela OER Nova Alvorada nos termos da Escritura de Emissão Nova Alvorada e dos demais documentos da Emissão Nova Alvorada, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures Nova Alvorada, da Escritura de

AS

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

87  
M



1810316

Data de Vencimento e Pagamento de Principal, Atualização Monetária e Remuneração:

Emissão Nova Alvorada e dos demais documentos das Emissão Nova Alvorada, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pelas OER Nova Alvorada, quando houver

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Nova Alvorada ou de resgate antecipado das Debêntures Nova Alvorada, nos termos previstos na Escritura de Emissão Nova Alvorada, o prazo das Debêntures Nova Alvorada será de 18 (dezoito meses), contados da sua data de emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2016.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Nova Alvorada, resgate antecipado das Debêntures Nova Alvorada ou amortização antecipada das Debêntures Nova Alvorada, nos termos previstos na Escritura de Emissão Nova Alvorada, o valor nominal unitário das Debêntures Nova Alvorada será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2016.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures Nova Alvorada não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures Nova Alvorada (ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures Nova Alvorada, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de capitalizada de uma sobretaxa de 2,6300% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O cálculo da remuneração das Debêntures Nova Alvorada obedecerá a fórmula constante da Escritura de Emissão Nova Alvorada. Os valores relativos à remuneração das Debêntures Nova Alvorada deverão ser pagos mensalmente, sempre no

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Vencimento Antecipado:

90  
dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2015.

As obrigações decorrentes das Debêntures Nova Alvorada poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão Nova Alvorada.

Local e Forma de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures Nova Alvorada e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela OER Nova Alvorada nos termos da Escritura de Emissão Nova Alvorada serão efetuados pela OER Nova Alvorada no dia de seu respectivo vencimento: (i) de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures Nova Alvorada custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) na hipótese de as Debêntures Nova Alvorada não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pela instituição contratada para prestação dos serviços de escriturador mandatário.

Encargos Moratórios:

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures Nova Alvorada, ocorrendo impontualidade no pagamento pela OER Nova Alvorada de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela OER Nova Alvorada ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

**4) Debêntures Caçu**

Valor Principal:

R\$ 64.680.000,00 (sessenta e quatro milhões e seiscentos e oitenta mil reais), na respectiva data de emissão.

Obrigações Garantidas:

Todas as obrigações principais e acessórias assumidas

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810318

98

ou que venham a ser assumidas pelas OER Caçu relativas às Debêntures Caçu e demais obrigações assumidas no âmbito das Emissão Caçu, incluindo encargos moratórios devidos pela OER Caçu nos termos da Escritura de Emissão Caçu e dos demais documentos da Emissão Caçu, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures Caçu, da Escritura de Emissão Caçu e dos demais documentos das Emissão Caçu, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pelas OER Caçu, quando houver

Data de Vencimento e Pagamento de Principal, Atualização Monetária e Remuneração:

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Caçu ou de resgate antecipado das Debêntures Caçu, nos termos previstos na Escritura de Emissão Caçu, o prazo das Debêntures Caçu será de 18 (dezoito meses), contados da sua data de emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2016.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Caçu, resgate antecipado das Debêntures Caçu ou amortização antecipada das Debêntures Caçu nos termos previstos na Escritura de Emissão Caçu, o valor nominal unitário das Debêntures Caçu será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2016.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures Caçu não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures Caçu (ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures Caçu, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa

1

AS

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810319

93  
19

DI, acrescida de capitalizada de uma sobretaxa de 2,6300% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O cálculo da remuneração das Debêntures Caçu obedecerá a fórmula constante da Escritura de Emissão Caçu. Os valores relativos à remuneração das Debêntures Caçu deverão ser pagos mensalmente, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2015.

Vencimento Antecipado:

As obrigações decorrentes das Debêntures Caçu poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão Caçu.

Local e Forma de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures Caçu e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela OER Caçu nos termos da Escritura de Emissão Caçu serão efetuados pela OER Caçu no dia de seu respectivo vencimento: (i) de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures Caçu custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) na hipótese de as Debêntures Caçu não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pela instituição contratada para prestação dos serviços de escriturador mandatário.

Encargos Moratórios:

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures Caçu, ocorrendo impontualidade no pagamento pela OER Caçu de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela OER Caçu ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

**5) Debêntures Mineiros**

h

8

AS  
K

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



Valor Principal:

R\$ 281.270.000,00 (duzentos e oitenta e um milhões e duzentos e setenta mil reais), na respectiva data de emissão.

Obrigações Garantidas:


Todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pelas OER Mineiros relativas às Debêntures Mineiros e demais obrigações assumidas no âmbito das Emissão Mineiros, incluindo encargos moratórios devidos pela OER Mineiros nos termos da Escritura de Emissão Mineiros e dos demais documentos da Emissão Mineiros, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures Mineiros, da Escritura de Emissão Mineiros e dos demais documentos das Emissão Mineiros, incluindo verbas indenizatórias devidas diretamente pelas OER Mineiros, quando houver

Data de Vencimento e Pagamento de Principal, Atualização Monetária e Remuneração:

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Mineiros ou de resgate antecipado das Debêntures Mineiros, nos termos previstos na Escritura de Emissão Mineiros, o prazo das Debêntures Mineiros será de 18 (dezoito meses), contados da sua data de emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2016.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures Mineiros, resgate antecipado das Debêntures Mineiros ou amortização antecipada das Debêntures Mineiros nos termos previstos na Escritura de Emissão Mineiros, o valor nominal unitário das Debêntures Mineiros será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2016.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures Mineiros

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810321

94  
7


não será atualizado monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das Debêntures Mineiros (ou sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures Mineiros, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de capitalizada de uma sobretaxa de 2,6300% (dois inteiros e sessenta e três centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. O cálculo da remuneração das Debêntures Mineiros obedecerá a fórmula constante da Escritura de Emissão Mineiros. Os valores relativos à remuneração das Debêntures Mineiros deverão ser pagos mensalmente, sempre no dia 10 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de abril de 2015 e o último em 10 de setembro de 2015.

Vencimento Antecipado:



As obrigações decorrentes das Debêntures Mineiros poderão ser declaradas antecipadamente vencidas nas hipóteses indicadas na Escritura de Emissão Mineiros.

Local e Forma de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures Mineiros e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela OER Mineiros nos termos da Escritura de Emissão Mineiros serão efetuados pela OER Mineiros no dia de seu respectivo vencimento: (i) de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures Mineiros custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) na hipótese de as Debêntures Mineiros não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pela instituição contratada para prestação dos serviços de escriturador mandatário.

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4



1810322

Encargos Moratórios:

95  
7

Sem prejuízo da remuneração das Debêntures Mineiros, ocorrendo impontualidade no pagamento pela OER Mineiros de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela OER Mineiros ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

96



ANEXO III AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
GARANTIA DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS  
AVENÇAS

MODELO DE PROCURAÇÃO

1810323

[OUTORGANTE], [qualificação] ("Outorgante"), irrevogavelmente constitui e nomeia, como seu bastante procurador, **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bl. 08, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38 ("Outorgado"), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", datado de [data] ("Contrato de Cessão Fiduciária"), para que o Outorgado, isoladamente, pratique os seguintes atos:

- (a) movimentar a Conta Vinculada de titularidade da Outorgante, mediante o envio de notificação ao Banco Administrador, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (b) independentemente de anuência ou consulta prévia Outorgante, praticar todos os atos necessários ao fiel e pontual cumprimento do disposto no Contrato de Cessão Fiduciária e nas Escrituras de Emissão;
- (c) promover em nome da Outorgante o registro deste Contrato, nos termos da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, caso a Outorgante não o tenha feito, sem prejuízo da caracterização de descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Outorgante; e
- (d) caso seja declarado o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou o inadimplemento das Obrigações Garantidas em seu vencimento final, firmar, se necessário, quaisquer documentos e a praticar quaisquer atos necessários à excussão da garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, sendo-lhe conferidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente para tanto, inclusive os poderes *ad negotia*.

Termos iniciados em letra maiúscula usados, mas não definidos no presente instrumento terão os significados a eles atribuídos ou incorporados por referência no Contrato de Cessão Fiduciária.

Os poderes ora conferidos se somam aos poderes outorgados pela Outorgante ao Outorgado, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ou qualquer outro documento, e não cancelam ou revogam nenhum desses poderes.

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4

97  
mg



Esta procuração é outorgada em relação ao Contrato de Cessão Fiduciária e como meio de cumprir as obrigações ali estabelecidas, de acordo com o artigo 684 do Código Civil, e será irrevogável, válida e eficaz pelo prazo de 1 (um) ano.

Esta procuração reger-se-á por e será interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

1810324

São Paulo, [data].

[OUTORGANTE]

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

X

11

11

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: ODEBRECHT ENERGIA DO BRASIL S.A  
Nire: 33300297618  
Protocolo: 0020151050139 - 07/04/2015  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/04/2015, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4E47867310E1B916DE437AEC1A9E94D14640CB9CC1447D87140807E9D8A98BA4  
Arquivamento: ED33000611-000/4